



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ESCOLA INTELLECTUAL PICA PAU
ESCOLA INFANTIL – AGRUPAMENTOS DE 3 A 5 ANOS
ANO 2017

GOIÂNIA - GOIÁS



“ENSINA MELHOR, QUEM ENSINA COM O CORAÇÃO.”

GOIÂNIA-GOIÁS

*PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NÃO É UMA CAMISA DE FORÇA!
NÃO VISA HOMOGENIZAR! NÃO É UM SLOGAN OU UM MODISMO!
NÃO É UMA FORMULA MÁGICA
PARA EVITAR/ SOLUCIONAR/ PROBLEMAS!
NÃO É ALGO QUE SE FAZ UMA VEZ NA VIDA!
É ACIMA DE TUDO: UM GUIA... UMA AÇÃO COMPROMETIDA....
ALGO PROCESSUAL – DINÂMICO.*

SUMÁRIO:

DADOS DA INSTITUIÇÃO	- 04
APRESENTAÇÃO	- 05
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	- 06
I – FINS E OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	- 07
II – CONCEPÇÃO DE CRIANÇA, DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, DE APRENDIZAGEM E DE SOCIEDADE	- 08
II.I - Conceito de infância na atualidade	- 09
II.II - Infância e educação	- 10
II.III - Das concepções adotadas pela instituição	- 11
III - CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE LOCAL NA QUAL SE INSERE	- 12
IV - REGIME DE FUNCIONAMENTO	- 13
V – PARÂMETROS PARA A ORGANIZAÇÃO DE AGRUPAMENTOS EM RELAÇÃO À CRIANÇA/EDUCADOR E CRIANÇA/AGENTE EDUCATIVO	- 14
VI – RELAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, ESPECIFICANDO CARGOS E FUNÇÕES, HABILITAÇÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	- 14
VII – ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO	- 15
VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR QUE FUNDAMENTA A AÇÃO EDUCATIVA	- 15
IX - PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL	- 16
X - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA, ENVOLVENDO O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO, A INSTITUIÇÃO E AS FAMÍLIAS	- 17
XI - PROCESSO DE PLANEJAMENTO GERAL E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	- 18
XII - CALENDÁRIO LETIVO	- 19
XIII – DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL FORNECIDA PELO CME-GOIÂNIA CONSIDERADA NA FUNDAMENTAÇÃO, ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	- 19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 20
Anexo I – CALENDÁRIO LETIVO 2017	

DADOS DA INSTITUIÇÃO:

Escola Intelectual Pica-Pau.

Mantenedora: M.J de Oliveira- Me

CNPJ: 07.581.716/0001/79

Localização: Rua Arquiteta Ana Maria Borges, Qd. 15, Lt 12 Residencial Solar Ville-

Cep: 74470520- Goiânia- Goiás

Fone: 62-35814183

Juceg: 52103517335

Diretora Geral:

Maxselma Janaina de Oliveira.

Coordenadora Pedagógica:

Selma Maria da Silva.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1ª versão: 1990

Anualmente atualizado pelo coletivo de profissionais e comunidade assistida, após avaliação da Proposta e do trabalho desenvolvido.

APRESENTAÇÃO:

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Intelectual Pica-Pau, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a elucidação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus objetivos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e seu Projeto Político-Pedagógico, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A importância da PPP da Escola Intelectual Pica-Pau, leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A Escola Intelectual Pica-Pau, desde 1990, quando da primeira edição da sua PPP, a qual abarcava a concepção pedagógica e a forma de materialização de suas ações, vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação com qualidade social. Além disso, revisitou, em cada período de sua história, esse Documento e buscou aproximação com as exigências legais e com as necessidades da comunidade escolar.

Dessas revisitas resultou o PPP de 2017, em cumprimento às determinações da Resolução nº 04/2010, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) e em atendimento às necessidades da comunidade escolar, além da observância da Resolução 194/07 do Conselho Municipal de Educação.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A Escola Intelectual Pica-Pau foi fundada no ano de 1990, situada na Avenida Nero Macedo Qd.15 Lt 14 n° 241- Conjunto Guadalajara- Cidade Jardim, pela pedagoga Selma Maria da Silva. A empresa iniciou-se com características de uma empresa familiar, onde a fundadora contou com a colaboração de suas filhas Maxléia Alessandra de Oliveira e Maxselma Janaína de Oliveira que posteriormente se tornaram sócias proprietárias na nova sede construída no endereço da sua localização atual.

A nova sede da escola foi sonhada e planejada pelas sócias, contando com 07 salas de aulas, banheiros, playground, área de convivência, sala de balé e sala de leitura, cantina, secretaria, diretoria, coordenação pedagógica e uma ampla área verde.

Diante da impossibilidade em fazer alterações no contrato social original da escola, pois se tratava de uma empresa individual em nome da fundadora Selma Maria da Silva, fora criado um novo contrato social que incluiria as novas sócias: Maxléia Alessandra de Oliveira e Maxselma Janaina de Oliveira que passou a se chamar Escola Intelectual Pica-Pau Ltda, com novo CNPJ. O novo contrato passou por 3 alterações tendo hoje como única proprietária Maxselma Janaína de Oliveira.

Atualmente a instituição atende crianças na faixa etária de 03 a 05 anos, distribuídas em 03 agrupamentos.

I – FINS E OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:

A Escola Intelectual Pica-Pau tem como finalidade explorar as atividades de Educação Infantil.

A PPP da instituição se encontra de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que propõe que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil devem ter por objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Diante dos parâmetros estabelecidos nas DCNEI (2009), a Escola Intelectual Pica Pau objetiva ensinar às crianças, além dos conhecimentos científicos articulados às experiências cotidianas, os seguintes valores:

- A necessidade do questionamento e a melhor forma de fazê-lo para a obtenção de conhecimentos;
- A alegria da descoberta;
- A valor da crítica consciente;
- A coragem da denúncia e a crença na justiça;
- O poder da ação, criando condições para que se construa, com corações livres de ódios e ressentimentos, uma sociedade fundada na liberdade, na justiça e na solidariedade, pautada no respeito à diversidade humana.

Observe que estas diretrizes baseiam-se em três eixos norteadores, quais sejam: ético: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; político: dos direitos de cidadania, do exercício da críticidade e do respeito à ordem democrática; estético: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Portanto, a materialização dos princípios da Educação Infantil se dará através da elaboração de planejamentos, por parte dos educadores, que sejam pautados pelos princípios norteadores contidos nas DCNEI e na presente PPP.

Assim, haja vista que o presente PPP é um instrumento sistematizador e norteador da organização do trabalho pedagógico desta instituição, todos os seus profissionais estão orientados a refletir incessantemente sobre a sua importância na construção de todos os processos educativos adotados pela instituição, bem como sobre o fato de que o presente documento normativo é elaborado justamente para este fim, contando com a participação de todos.

Finalmente, a instituição compreende sua função frente à inclusão social e às crianças com necessidades educacionais específicas, nos exatos termos da Nota Técnica – SEESP/GAB/nº 11/2010.

Para tanto, desde 2009, quando da construção da nova sede, a instituição providenciou para que todos os acessos às salas de aula e outras dependências sejam acessíveis para alunos com dificuldades de locomoção.

Da mesma forma, seus profissionais estão aptos e disponíveis para trabalharem com as crianças que apresentarem necessidades educacionais específicas.

II – CONCEPÇÃO DE CRIANÇA, DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, DE APRENDIZAGEM E DE SOCIEDADE:

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009):

“Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.”

Ao compreendermos a criança como sujeito histórico, precisamos de um recorte teórico do estudo da criança. Os discursos e práticas de socialização, ao se dirigirem à criança, *“constroem um imaginário sobre a infância, produzindo modelos de gestos, hábitos, comportamentos que são material de socialização nos processos de formação de tais atores. A criança é também produto de tais práticas e discursos”* (SARMENTO, 2002, p. 20).

A partir da análise de Sarmiento (2002), a criança tem uma produção simbólica diferenciada, em que o mundo adulto constitui a fonte de sua experiência social e o material de suas formas de expressão. Para o autor, mesmo sendo um sujeito ativo no processo de socialização, a criança tem uma peculiaridade, advinda de seu lugar no mundo social. *“Nas interações com os adultos, mediadas por produtos culturais a ela dirigidos, a criança recebe, significa, introjeta e reproduz valores e normas tidos como expressões da verdade”* (SARMENTO, 2002, p. 21).

Para Rousseau (1995) a infância e seu desenvolvimento são definidos da seguinte forma:

“Os primeiros desenvolvimentos da infância dão-se quase todos ao mesmo tempo. A criança aprende a falar, a comer e a andar aproximadamente ao mesmo tempo. Esta é propriamente a primeira fase de sua vida. Antes, não é

nada mais do que aquilo que era no ventre da mãe; não tem nenhum sentimento, nenhuma ideia; mal tem sensações e nem mesmo percebe a sua própria existência.(...) Eis a Segunda fase da vida, aquela onde acaba propriamente a infância, pois as palavras 'infans' e 'puer' não são sinônimas. A primeira está contida na segunda e significa quem não pode falar, daí em Valério Máximo encontrarmos 'puerum infantem'. Mas continuo a me servir dessa palavra segundo o costume de nossa língua, até a idade para a qual ela possui outros nomes."

Tais conceitos foram importantes nas atuais concepções que a instituição possui sobre a criança, infância e desenvolvimento infantil.

II.1 - Conceito de infância na atualidade:

A maneira como a infância é vista atualmente é mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998), que vem afirmar que *"as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio"*. Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, *"as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar"*. Este conhecimento constituído pelas crianças *"é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação"*. Ainda convém salientar que compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.22).

A partir do momento em que alcançou-se uma consciência sobre a importância das experiências da primeira infância, foram criadas várias políticas e programas que visassem promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade.

No Brasil temos, atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que ressaltou a importância da educação infantil. A educação é dever da família e do estado inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esta citação encontra respaldo no art. 4º, IV que diz: *"o dever do Estado com educação escolar pública está efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade"*.

Houve também a criação do Conselho da Criança e do Adolescente¹, no ano 1990, que explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos da Criança e do adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001)

Na visão de muitos autores a criação do Conselho da Criança e do Adolescente é vista como um marco no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da infância por parte das políticas públicas. Torna-se relevante citar também o Plano Nacional de Educação (PNE), que em consonância com os princípios da Educação para Todos, estabelece metas relevantes de expansão e de melhoria da qualidade da educação infantil. A atuação, nesse sentido, tem como objetivo concretizar as metas estabelecidas no PNE e incentivar estados e municípios a elaborem seus planos locais de educação, contemplando neles a educação infantil ressaltando assim a importância destinada à infância na sociedade atual.

Resta também, nos questionarmos sobre a qualidade da educação oferecida para estas crianças dentro das creches e pré-escolas, visto que a origem das mesmas tinha por objetivo atender somente a população carente o que significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das e crianças e suas famílias.

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do estado diante das crianças pequenas. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998). Além de outros documentos mais recentes que apontam claramente, os marcos legais e conceituais das concepções de infância e educação da infância que devem nortear as propostas e práticas educativas na atualidade.

Fazendo-se necessária uma avaliação sobre os nossos conceitos no que se refere à infância.

II.II -Infância e educação:

Antigamente, nem sempre a criança era reconhecida, como um ser que merecesse atenção, carinho, respeito, que precisasse ser trabalhada e educada. Já a Educação Infantil era basicamente para atender as crianças pobres,

¹ Atualmente vinculado ao Governo Federal. Vide: < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>, acessado em 29/09/2015 às 18:50h.

abandonadas, ou seja, aquelas que não tinham onde morar e atuavam assim como caritas.

Hoje em dia, a educação infantil é uma das principais modalidades de Ensino. Hoje, é dever do Estado ofertar à todas as crianças de zero a seis anos de idade, atendimento em creche e pré-escola (Constituição Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90, art. 54, inciso IV, entre outras), embora não haja legislação específica que assegure o efetivo cumprimento dessa determinação.

Desde quando a criança nasce ela precisa de alguém que cuide e a ensine, pois ela é um ser que mereça atenção, carinho, respeito, afeto, e muito mais amor e ser compreendida. Mas antigamente a criança não era vista assim e varia de acordo com a cultura de onde ela está concebida.

O momento histórico, apresenta fatores socioculturais que permitem a compreensão da atual conjuntura em que estão inseridas as instituições educativas que devem atender as crianças de 0 à 5 anos. É importante destacar, alguns deles, nas duas últimas décadas foram inúmeros as modificações sócio demográficas ocorridas em nossa sociedade em geral, e nas famílias em especial, também houve um grande aumento de produção de conhecimentos científicos, nas mais diferentes áreas: linguística, história, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras. A respeito das especificidades das crianças nesta faixa etária; os movimentos da cidadania conquistaram direitos sociais e houve um avanço significativo no âmbito da lei e política pública que dão uma nova configuração para a educação da criança.

II.III - Das concepções adotadas pela instituição:

Em consonância com as concepções acima citadas, a instituição adota a perspectiva da formação integral da criança, mesclada a concepção lúdica de ensino.

Segundo a concepção da formação integral da criança, a educação é o processo integral de formação humana, pois cada ser humano ao nascer, necessita receber uma nova condição para poder existir no mundo da cultura.

Esse processo inclui a aquisição de produtos que fazem parte da herança civilizatória e que concorreram para que os limites da natureza fossem transpostos. Entre eles se colocam os conhecimentos racionais que promoveram o desenvolvimento científico e cultural da humanidade, e a consciência de que o ser humano é o próprio produtor das condições de reprodução de sua vida e das formas sociais de sua organização e devem ser orientadas pelos princípios da solidariedade, do reconhecimento do valor das individualidades, respeito às diferenças, e pela disciplina das vontades.

Assim, segundo esta concepção, a educação deve possibilitar às crianças construir o seu modo de vida tendo por base a liberdade da vontade, a autonomia para organizar os modos de existência e a responsabilidade pela direção de suas ações, características estas que constituem o fundamento da formação do sujeito ético. Este deve é o objetivo fundamental da educação, ao qual devem ser submetidas toda e qualquer prática educativa, aí incluídas as escolares.

Segundo a concepção lúdica, faz-se necessário rever criticamente formas tradicionais, dando ênfase à criança e valorizando o interesse da mesma que precisa ser estimulada especialmente por atividades que envolvam o jogo e o brincar, onde a criança deve aprender fazendo, por meio da experiência. A brincadeira é a fase mais alta do desenvolvimento da criança — do desenvolvimento humano neste período; pois ela é a representação auto ativa do interno — representação do interno, da necessidade e do impulso internos. A brincadeira é uma atividade importante e típica neste estágio da vida humana.

A proposta da educação infantil da Escola Intelectual Pica Pau é permeada por uma concepção de criança e educação infantil que valorize o sujeito e o seu processo de formação humana.

Assim, a educação infantil é o espaço onde a criança poderá ter acesso a conhecimentos formados historicamente ao mesmo tempo em que participa como sujeito histórico, produtor dessa cultura. Por meio da interação da criança com o outro, ela irá descobrir-se, descobrir o outro, descobrir o mundo, experimentando, e criar novos significados para sua intervenção nesse mundo. O processo educativo da criança é marcado pela internalização de valores, crenças, normas e representações sociais dominantes que contribuem com o processo de formação corporal, cultural, psicológica e social, e assim, para a realização e envolvimento dos sujeitos em suas futuras atividades produtivas e sociais. A educação infantil possui duas dimensões: a de cuidar e a de educar, que devem ser consideradas como essenciais e importantes nas propostas pedagógicas voltadas para essa faixa etária, sendo necessário ressaltar que o cuidar compreende os cuidados básicos com a alimentação, a higiene e o vestuário. E além do cuidar é necessário o educar a criança, colocando-a como indivíduo que possui o direito de se apropriar do conhecimento, ressignificando-o e dando sentido ao espaço em que está inserida.

III - CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE LOCAL NA QUAL SE INSERE:

A Escola Intelectual Pica Pau está localizada na região noroeste de Goiânia, no Residencial Solar Ville, bairro residencial da periferia de Goiânia, localizado na saída para Inhumas.

O Residencial Solar Ville é um setor relativamente novo, que ainda não está densamente povoado, sendo que sua população é constituída de famílias de classe média baixa.

Outro ponto característico da população do bairro atendido pela instituição é a prevalência de famílias de religião Protestante, embora a região também possua famílias Católicas.

Muitas famílias atendidas são formadas pelos filhos e apenas por um dos componentes do eixo parental, seja o pai, a mãe ou os avós.

Diante destes aspectos, a Instituição tem buscado orientar seu trabalho e serviços à população atendida, sendo que a Escola Intelectual Pica Pau possui uma mensalidade acessível, embora sua estrutura seja a melhor da região, bem como norteia seus trabalhos pedagógicos e festividades para atender à diversidade religiosa presente na população atendida, além das diferentes organizações familiares.

Um exemplo desta forma de adaptação é a festa junina, onde não há menção aos santos festejados durante estas festividades, a fim de que a atividade cultural atenda tanto as famílias católicas quanto as famílias protestantes.

Outra forma de valorização da população local é a troca das festividades do dia dos pais e das mães pelo dia da família, o que abrange tanto a família tradicional quanto os mais diversos tipos de famílias existentes atualmente na sociedade local e brasileira.

IV - REGIME DE FUNCIONAMENTO:

A Escola Intelectual Pica Pau funciona de segunda à sexta feira, das 13:00h às 17:00h, sendo estes, respectivamente, os horários de entrada e saída das crianças.

Todos os dias a instituição realiza a acolhida das crianças antes de iniciar os trabalhos pedagógicos.

O momento de entrada das crianças também é uma oportunidade para que as famílias possam discutir com os professores o andamento da educação das crianças.

Além disto, a instituição realiza reuniões de pais bimestralmente, para a entrega dos relatórios de desenvolvimento das crianças, ocasião em que os pais tem a oportunidade de serem atendidos tanto pela Direção, quanto pela Coordenação Pedagógica e Educadores.

Os momentos de planejamento entre Coordenação Pedagógica e Educadores ocorrem semanalmente às terças feiras, durante as aulas de educação física, ocasião em que as crianças estão em atividade com a professora de educação física.

V – PARÂMETROS PARA A ORGANIZAÇÃO DE AGRUPAMENTOS EM RELAÇÃO À CRIANÇA/EDUCADOR E CRIANÇA/AGENTE EDUCATIVO:

Os agrupamentos são organizados nos exatos termos do art. 18 da Resolução/CME nº 194/2007, sendo que a instituição possui três turmas: agrupamentos de 03, 04 e 05 anos de idade, sendo que cada agrupamento possui 15 alunos, cada um atendido por uma educadora.

As salas dos agrupamentos atendem à determinação do inciso III do art. 37 da Resolução/CME nº 194/2007, respeitando a metragem mínima de 1,50 m² por criança atendida.

VI – RELAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, ESPECIFICANDO CARGOS E FUNÇÕES, HABILITAÇÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE:

Segue organograma do quadro funcional:

Diretoria Administrativa:
Maxselma Janaína de Oliveira
(Graduada em Direito)
Turno: terças e quintas, das 13:00h
às 17:00h.

Coordenação Pedagógica:
Selma Maria da Silva
(Graduada em Pedagogia)
Turno: segunda à sexta, das 13:00h
às 17:00h.

Secretária Geral:
Rubislene de Souza Silva

Agrupamento 03 anos:
Professora Suely de Souza Cruz
Torres
(Graduada em Pedagogia)
Turno: segunda à sexta, das 13:00h
às 17:00h.

Agrupamento 04 anos:
Professora Maria Luiza Gomes do
Amaral
(Graduada em Pedagogia)
Turno: segunda à sexta, das 13:00h
às 17:00h.

Agrupamento 05 anos:
Professora Solange Alves Barbosa
Silva
(Graduada em Pedagogia)
Turno: segunda à sexta, das 13:00h
às 17:00h.

VII – ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO:

A Escola Intelectual Pica Pau está situada na Rua Arquiteta Ana Maria Borges Qd. 15, Lt 12, Residencial Solar Ville, Goiânia- Goiás, CEP.: 74.470-520, portadora do telefone 62 3581-4183.

O prédio foi inspecionado pelo Corpo de Bombeiros, possuindo alvará de funcionamento. Também possui alvará da vigilância sanitária, bem como alvará de localização e funcionamento, expedido pela prefeitura de Goiânia.

Suas dependências são compostas pelas salas de aula, diretoria administrativa, sala da coordenação, sanitários, área coberta e parque de diversões.

O espaço físico atende prontamente o disposto no art. 11 da Resolução/CME nº 194/2007. Da mesma forma, todos os acessos são compostos por rampa de acessibilidade, atendendo aos alunos com necessidades especiais de locomoção.

VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR QUE FUNDAMENTA A AÇÃO EDUCATIVA:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil da instituição têm como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

- a) promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- b) favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- c) possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- d) recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço/temporais;
- e) ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- f) possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

- g) possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- h) incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- i) promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- j) promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- k) propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- l) possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

A Escola Intelectual Pica-Pau, parte da premissa de que as experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar, tanto aqueles que compõem a parte explícita do currículo, como os que contribuem de forma implícita para a aquisição dos conhecimentos socialmente relevantes.

É, portanto, imprescindível organizar os processos educativos de modo a acompanhar e atender às exigências de aprendizagens em cada etapa do percurso formativo, uma vez que estes se dão em diferentes e insubstituíveis momentos da vida dos estudantes.

O respeito às crianças em seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários, é o que orienta a ação educativa em toda a Educação Básica na Escola Intelectual Pica-Pau, visando possibilitar a essas crianças uma formação que corresponda às idades e conseqüentes especificidades de cada percurso.

As práticas pedagógicas são efetivadas através de propostas pedagógicas que atendam às especificidades de cada agrupamento, pautados em atividades que conduzam a uma descoberta do saber através da vivência prática e cotidiana dos assuntos relacionados às propostas.

Da mesma forma, a articulação, ampliação e diversificação dos conhecimentos cotidianos é atendida através de visitas a museus, teatro e através da visita de parceiros à instituição (espetáculo de circo, ônibus da leitura etc).

IX - PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL:

Conforme explicitado no item II.III, a instituição adota a concepção da formação integral da criança mesclada com a concepção lúdica da educação infantil.

Para que se estabeleça uma transição entre a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental, todos os projetos educacionais devem possibilitar às crianças o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, e sensorio motora a fim de que lhes sejam úteis no seu desenvolvimento acadêmico futuro.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial, pois as crianças precisam aprender brincando, assim ela estarão criando os alicerces de sua personalidade. As atividades lúdicas tornam-se fundamentais, pois contribuem para uma vida afetiva e intelectual.

X - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA, ENVOLVENDO O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO, A INSTITUIÇÃO E AS FAMÍLIAS:

A avaliação deverá revelar os processos de aprendizagem e desenvolvimento vivenciados pelas crianças. Assim, as dimensões da avaliação se dão, no contexto da escola, a partir da avaliação da aprendizagem, da avaliação institucional e da avaliação externa, para, justamente, assegurar “[...] a relação pertinente que estabelece o elo entre a gestão escolar, o professor, o estudante, o conhecimento e a sociedade em que a escola se situa.” (BRASIL, 2010a, p. 47).

A avaliação da aprendizagem, na Escola Intelectual Pica Pau, é entendida como parte do processo de ensinar e aprender. Por isso, ganha um caráter formativo, uma vez que redimensiona o planejamento do professor e, conseqüentemente, sua prática. Por isso, se apresenta como elemento de identificação e diagnóstico, mais do que elemento determinante de valores ou julgamentos. Sob essa perspectiva, a instituição não concebe a lógica da avaliação classificatória, que se constitui em um mecanismo arbitrário de controle da realidade.

A instituição compreende a avaliação da aprendizagem como dinâmica processual, representada como um momento de análise e apreciação diagnóstica do trabalho escolar, por meio da qual são averiguados o alcance e a abordagem dos objetivos constantes do planejamento, com a finalidade de redirecionar ou refazer o trabalho pedagógico, de forma a garantir o alcance da finalidade educativa que os orienta, oportunizado a partir da observação e do registro das evoluções e involuções das crianças, mediadas pelos professores (adultos responsáveis).

A aprendizagem é considerada parte de uma ação coletiva que busca a formação das crianças e das crianças em seu percurso formativo, garantindo o desenvolvimento em todos os aspectos. Essa concepção parte da premissa de que todos podem aprender a partir de seu ritmo e no seu tempo e, para que as aprendizagens sejam significativas, a instituição oferece oportunidades, ações e estratégias diversificadas.

Nesse contexto, a avaliação é tema recorrente do planejamento, uma vez que contribui, também, para a construção da autonomia de todos os envolvidos na tomada de decisões, tornando-o partícipes e responsáveis pelas definições que norteiam a organização e a materialização do currículo.

Na Educação Infantil, a avaliação está integrada à documentação pedagógica, sem objetivo de promoção, e busca orientar por meio do registro, não se restringindo, todavia, a somente esta metodologia, utilizando-se ainda de diferentes instrumentos avaliativos, com critérios definidos no planejamento de cada professor.

Finalmente, a família participa do processo avaliativo cientificando-se do conteúdo dos relatórios de desenvolvimento pedagógico elaborados pelos educadores, o que lhes permite atuar efetivamente frente ao desenvolvimento das crianças mediante conhecimento dos registros apresentados pela instituição.

XI - PROCESSO DE PLANEJAMENTO GERAL E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

O planejamento geral, encontro entre a Coordenação Pedagógica e os educadores para tratar das alterações necessárias na PPP e para tratar das diretrizes pedagógicas e projetos a serem trabalhados durante o ano letivo, ocorre após o recesso escolar instituído pelo Sindicato da categoria dos educadores, em janeiro.

A forma utilizada para a avaliação da PPP é a discussão entre Direção, Coordenação Pedagógica e Educadores, nos planejamentos anuais, na qual é lavrada ata de reunião e propostas as alterações necessárias. Neste caso, os educadores são responsáveis por defender as opiniões dos educandos, enquanto que a Diretoria e a Coordenação Pedagógica, partes que mantêm contato mais íntimo com os pais e responsáveis, defendem suas ideias e pontos de vista.

A participação efetiva das crianças e responsáveis no processo de planejamento e avaliação institucional ocorre através do preenchimento de formulário denominado "Críticas, Sugestões e/ou Elogios", cujas informações são objeto de análise nos planejamentos anuais.

Nesta oportunidade, a instituição, através de sua Coordenadora Pedagógica, acompanha e auxilia os educadores na realização e elaboração de seus projetos e planos diários, através de reuniões diárias durante o período de planejamento anual, já citado acima.

A formação continuada é objeto de discussão nos planejamentos semanais, que ocorrem às terças feiras, conforme já explicitado no item IV do presente PPP (Os momentos de planejamento entre Coordenação Pedagógica e Educadores ocorrem semanalmente às terças feiras, durante as aulas de educação física,

ocasião em que as crianças estão em atividades com a professora de educação física.

Finalmente, a avaliação institucional se dá de forma individual frente à Direção, Coordenação Pedagógica e, em especial, junto aos educadores, nas reuniões bimestrais, com ampla participação dos pais das crianças e tomada de suas sugestões, críticas e elogios por parte da Direção, Coordenação Pedagógica e educadores.

XII - CALENDÁRIO LETIVO (vide anexo I):

O calendário letivo é elaborado exclusivamente pela Direção da instituição, em conjunto com a Coordenação Pedagógica, no período de planejamento anual (janeiro, após o recesso instituído pelo Sindicato dos Professores).

O calendário prevê todas as reuniões bimestrais, datas dos planejamentos semanais, festividades da comunidade escolar, em especial as festividades da Festa Junina, Festa da Família, Semana Cultural, Sarau Literário, Semana do Livro, entre outras, feriados e recessos.

Todas as ações propostas durante o ano letivo estão previstas no calendário, sendo que as atividades previstas estão articuladas com a carga horária e o nº de dias letivos.

XIII – DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL FORNECIDA PELO CME-GOIÂNIA CONSIDERADA NA FUNDAMENTAÇÃO, ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

- Projeto Político Pedagógico e Avaliação Institucional do ano anterior
- Constituição da República Federativa do Brasil/1988
- Estatuto da Criança e do Adolescente/1990
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 05 de 17 de Dezembro de 2009)
- Nota Técnica do MEC/SEESP/GAB/ nº 11 de 2010
- Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003
- Lei nº 12796, de 04 de abril de 2013
- Resolução CME Nº194/07

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei n.9394, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora do Brasil.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica Nacional. 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 22 de setembro de 2015.

CRAIDY, Carmem Maria.(2001). **Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação**. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs.). Educação Infantil pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel.(1996). **Infância: Fios e Desafios da Pesquisa**. SP: Papirus.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1995). **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes.

SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do projeto "As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância". Projeto POCTI/CED/2002.

SARMENTO, Manuel J.**As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coords.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, Manuel J.**Visibilidade Social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

Anexo I – CALENDÁRIO LETIVO 2017



Calendário Letivo 2017



Janeiro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

10 dias / Plantão Pedagógico

Fevereiro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
			△	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

28 – Carnaval

Março/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

1- Quarta- feira de cinzas

Abril/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24	25	26	27	28	29

14 – Paixão / 16 – Páscoa / 21 – Tiradentes

Maio/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
15	22	23	24	25	26	27
16	29	30	31			

1 – Dia do Trabalho

Junho/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	△

15 – Corpus Christi

Julho/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
	31					

Agosto/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Setembro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

7 – Independência do Brasil

Outubro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

12 – Nossa Sr.ª Aparecida
15 – Recesso - Dia do Professor / Auxiliares

Novembro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

2 – Finados / 15 – Proclamação da República

Dezembro/2017						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

25 – Natal

LEGENDA

△	INÍCIO E TÉRMINO DAS AULAS	■	FERIADO OU DIA SANTO
■	PLANTÃO PEDAGÓGICO	■	SUGESTÃO DE COMPENSAÇÃO
■	REVISÃO DE PROVA	■	ENTREGA DO PEN DRIVE COM REVISÕES E AVALIAÇÕES
■	ENTREGA DAS AVALIAÇÕES	■	AVALIAÇÕES BIMESTRAIS
■	SARAU LITERÁRIO	■	RECUPERAÇÃO SEMESTRAL OU ANUAL

Dias Letivos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	1.º sem.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	2.º sem.	Total *
	0	18	22	18	22	20	97	16	23	19	18	19	11	106	205

*Total = 205 dias letivos – Não foram computados como dias letivos: 27 de fevereiro, 1 de março, 16 de junho, 8 de setembro, 13 de outubro, 23 de outubro e 3 de novembro, sugeridos como "dias para permuta", ficando a utilização destes, a critério de cada instituição de ensino.

CARGA HORÁRIA MÍNIMA:
1- EDUCAÇÃO INFANTIL- 200 DIAS LETIVOS ANUAIS, 800 HORAS E FREQUENCIA MÍNIMA OBRIGATORIA DE 60%.
2- 1º AO 9º ANO – 200 DIAS LETIVOS ANUAIS . 880 HORAS DE FREQUENCIA MÍNIMA OBRIGATORIA DE 75%

Alertamos para o seguinte:

1	A recuperação semestral será realizada no contra turno dos alunos(1 ao dia 04 de agosto)
2	Não deverão ser computados como dias letivos os dias utilizados para exame final. (LDB Art. 24, Inciso I). A instituição de ensino é obrigada a cumprir no mínimo a carga horária de 800 horas e 200 dias letivos. (LDB Art. 24, Inciso I).
3	Permuta de dias (sugestão) – A instituição de ensino poderá permutar tais dias com o corpo docente, desde que respeite o horário e jornada contratual de cada professor. Os dias permutados deverão constar obrigatoriamente no calendário letivo oficial da instituição de ensino.
4	Considerar a Deliberação 02/2002 - CEE , que trata sobre a inclusão, no período letivo, de dias destinados a atividade pedagógica. "Art. 3.º - pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também, em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo." Obs.: As atividades pedagógicas (10 dias) poderão ser distribuídas durante o ano letivo a critério da instituição de ensino.